

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
5ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
SHEILA MARFA VALÉRIO**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003

Data da instalação: 1º-7-2005

Data de Implantação do PJe: 12-8-2014

Jurisdição: Uberlândia, Araporã, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte e Tupaciguara.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 28-10-2020, p. 7.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 3-7-2020

Às 13 horas do dia cinco de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 5ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na Avenida Cesário Alvim, 3.200, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza Titular da Vara, Dra. **Sheila Marfa Valério**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Analúcia Faria Costa; os servidores Fernanda Minekawa, Júnea Fábria Cardoso, Letícia Gonçalves dos Reis, Luís Henrique Corrêa de Melo, Márcia de Souza Ribeiro Oliveira, Regina David Bastos Fraguito, Renata Rodrigues, Ricardo José de Faria, Rosani Akiko Tokuyama Tanaka e Thaís Domingos Ramos; a estagiária Marcela Amado Caetano. Ausentes as servidoras Ana Carolina Matias Rezende e Sandra Jeane de Paula, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 787 processos, distribuídos neste ano até o dia 26-10-2020, apurando-se a média de 4,1 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 95 cartas precatórias, dentre elas 73 executórias, até o dia 26-10-2020, das quais 57 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 796 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 279 processos foram remetidos neste ano até o dia 26-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 63 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 58 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 497 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 217 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 83 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010990/17, 0010538/19, 0010670/19, 0011108/17, 0011155/17, 0010753/18: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uberlândia - 05a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)

Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	46,72	48,98	46,93	44,78	45,37
---	-------	-------	-------	-------	-------

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	401
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	603
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	68

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	229
---	-----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	61	4
2017	196	3
2018	84	2
2019	233	1
2020 – ano de referência	481	
TOTAL	1.055	1,17

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Tarefa
0000742-17.2014.5.03.0134	Elaborar sentença
0010831-02.2014.5.03.0134	Aguardando audiência
0010867-23.2014.5.03.0044	Aguardando audiência
0010048-73.2015.5.03.0134	Aguardando audiência
0010086-85.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010524-88.2015.5.03.0174	Aguardando audiência
0010682-69.2015.5.03.0134	Aguardando audiência
0010753-71.2015.5.03.0134	Aguardando audiência
0011137-34.2015.5.03.0134	Aguardando audiência
0011212-73.2015.5.03.0134	Aguardando prazo
0011575-60.2015.5.03.0134	Aguardando audiência
0011964-45.2015.5.03.0134	Aguardando audiência
0012272-81.2015.5.03.0134	Aguardando prazo
0012413-03.2015.5.03.0134	Aguardando audiência
0010181-81.2016.5.03.0134	Aguardando audiência
0010218-11.2016.5.03.0134	Aguardando audiência
0010316-93.2016.5.03.0134	Aguardando audiência
0010348-98.2016.5.03.0134	Aguardando prazo
0010477-06.2016.5.03.0134	Aguardando audiência
0010490-05.2016.5.03.0134	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
------	----------	-------------------------

CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	1.218

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	153

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	6
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	1.343

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	68

6

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uberlândia - 05a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	81,36	74,20	70,98	48,40	51,69

Existem 1.962 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 1.173 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 145 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 644 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- 0 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 26/10/2020

No ano anterior, até dia 26/10/2019 – havia 1.990 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 1.391 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 234 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 365 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Tarefa
0100300-40.2006.5.03.0134	Processo retornou da contadoria
0010505-38.2014.5.03.0103	Aguardando final do sobrestamento
0010321-86.2014.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010212-72.2014.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento

0010525-33.2014.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010366-90.2014.5.03.0134	Conclusão ao magistrado
0010467-30.2014.5.03.0134	Aguardando cumprimento de acordo
0010055-65.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010432-70.2014.5.03.0134	Conclusão ao magistrado
0010812-59.2015.5.03.0134	Aguardando prazo
0010933-87.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010885-65.2014.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010910-44.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010896-60.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0011669-08.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0011895-92.2015.5.03.0043	Aguardando final do sobrestamento
0012342-98.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010846-68.2014.5.03.0134	Aguardando cumprimento de acordo
0010167-34.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010169-04.2015.5.03.0134	Aguardando cumprimento de acordo
0010226-22.2015.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Decisões de execução	2019	2020
01-JANEIRO	117	42
02-FEVEREIRO	57	65
03-MARÇO	27	130
04-ABRIL	37	11
05-MAIO	120	32
06-JUNHO	62	41
07-JULHO	120	38
08-AGOSTO	201	50
09-SETEMBRO	181	39
10-OUTUBRO	316	32

Totais	1238	480
---------------	------	-----

Decisões execução por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ARLINDO CAVALARO NETO	6									
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA	11	7			27	13		1	1	
SHEILA MARFA VALERIO	23	57	126	10	5	27	38	49	37	30
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA			2							1
Totais	40	64	128	10	32	40	38	50	38	31

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	25	87
02-FEVEREIRO	73	112
03-MARÇO	77	172
04-ABRIL	120	82
05-MAIO	111	112
06-JUNHO	121	130
07-JULHO	104	131
08-AGOSTO	126	116
09-SETEMBRO	104	153
10-OUTUBRO	143	116
Totais	1004	1211

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 27-10-2020, existem 77 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	11
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	59
Tutelas Provisórias Pendentes	7
Total	77

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 5-11-2020 havia 5 processos:

- a) **instrução:** 4 processos;
- b) **encerramento de instrução:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011281/17, 0010656/19, 0010506/17, 0012057/16, 0011137/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 27-10-2020, 28 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 12 processos.

Exame dos autos dos processos 0010785/20, 0010795/20, 0010764/20, 0010607/20, 0010618/20, 0010657/20, 0010831/20, 0010821/20, 0010732/20, 0010673/20, 0010990/17, 0010538/19, 0010670/19, 0011108/17, 0011155/17, 0010753/18, 0010066/19, 0010178/19, 0010460/17, 0011083/17, 0010274/20, 0010380/20, 0010558/20, 0010453/20, 0010428/20, 0010631/20, 0010548/20, 0010432/20, 0010582/20, 0010527/19, 0010476/20, 0010684/20, 0011140/19, 0010740/20, 0010702/20, 0010214/20, 0010415/20, 0011373/19, 0011374/19, 0010228/18, 0011221/19, 0010464/20, 0010530/17, 0011345/16, 0010222/19, 0011098/19, 0010319/20, 0010611/19, 0010773/19, 0010079/20, 0010090/20, 0010035/20, 0010144/20, 0011281/19, 0010434/14, 0010166/17, 0010686/19, 0010402/19, 0011002/18, 0010466/18, 0010298/20, 0010688/20, 0010292/20, 0010777/20, 0010743/20, 0010506/20, 0010622/20, 0010668/20, 0010577/20, 0010605/20, 0011019/16, 0010525/19, 0011060/19, 0010221/18, 0010083/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 13 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000624-41.2014.5.03.0134	Arquivo
0000840-70.2012.5.03.0134	Cumprimento de Providências
0001178-15.2010.5.03.0134	Aguardando prazo
0001726-35.2013.5.03.0134	Aguardando final do sobrestamento
0010262-93.2017.5.03.0134	Aguardando apreciação pela instância superior
0010357-21.2020.5.03.0134	Aguardando prazo
0010803-63.2016.5.03.0134	Aguardando prazo
0010868-29.2014.5.03.0134	Conclusão ao magistrado
0010974-20.2016.5.03.0134	Aguardando apreciação pela instância superior
0011064-57.2018.5.03.0134	Aguardando audiência
0011191-63.2016.5.03.0134	Aguardando apreciação pela instância superior
0011286-88.2019.5.03.0134	Aguardando audiência
0012304-86.2015.5.03.0134	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 16 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0001188-88.2012.5.03.0134	Cumprimento de Providências
0010203-13.2014.5.03.0134	Aguardando apreciação pela instância superior
0010317-39.2020.5.03.0134	Aguardando audiência
0010321-76.2020.5.03.0134	Aguardando audiência
0010329-53.2020.5.03.0134	Aguardando audiência
0010553-25.2019.5.03.0134	Aguardando audiência
0010599-77.2020.5.03.0134	Aguardando audiência
0010611-62.2018.5.03.0134	Aguardando audiência
0010642-48.2019.5.03.0134	Aguardando audiência
0011137-11.2018.5.03.0043	Aguardando audiência
0011318-98.2016.5.03.0134	Aguardando apreciação pela instância superior
0011826-03.2017.5.03.0104	Aguardando apreciação pela instância superior
0011831-66.2016.5.03.0134	Registrar trânsito em julgado

0011920-34.2017.5.03.0044	Aguardando apreciação pela instância superior
0012193-34.2017.5.03.0134	Aguardando prazo
0012296-75.2016.5.03.0134	Cumprimento de Providências

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	24	26	35
Instrução processo físico	1.528	1.917	-
Instrução processo eletrônico	287	403	444

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	9	15	25/11/2020 – 15 dias
Procedimento Ordinário	11	15	23/11/2020 – 13 dias
Instrução	286	294	03/03/2021 – 59 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 16-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	740	443

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	398	74

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	224	621
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	524

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	62	0,2
Julgados procedentes em parte	485	2,1
Julgados improcedentes	273	1,2
Extintos com resolução de mérito	31	0,1

Outras decisões com resolução de mérito	1	0,004
Total com exame de mérito	852	3,7
Extintos sem resolução de mérito	65	0,2
Arquivamento	137	0,6
Desistência	37	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	14	0,06
Total sem exame de mérito	253	1,1
Decisões de conhecimento	1.105	4,8
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	302	1,3
Decisões na fase de execução	203	0,8
Total	1.610	7,0

No ano de 2020, até o dia 16-10, com 189 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	26-10-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	44	0,2
Julgados procedentes em parte	223	1,1
Julgados improcedentes	126	0,6
Extintos com resolução de mérito	28	0,1
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	295	1,5

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em setembro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	2	0,09
Conciliação em execução	1	0,04
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	14	0,6
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	42	2
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	45	2,1

No mês de setembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 21 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de setembro 2020 apurado até dia 26-10:

Conciliação por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	29	19	2	3		1
02-FEVEREIRO	65	35	5	9		
03-MARÇO	34	31	4	8		1
04-ABRIL	50	2	10	2		
05-MAIO	47	14	8	1	1	
06-JUNHO	53	23	4	6		
07-JULHO	53	27	10	5		1
08-AGOSTO	42	28	3	4		
09-SETEMBRO	39	42	14	9		
10-OUTUBRO	58	21	5	7		
Totais	470	242	65	54	1	3

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
Conciliação por juiz										
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										1
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA	5	19			14	13				
SHEILA MARFA VALERIO	18	23	40	4	1	16	33	32	51	27
Totais	23	42	40	4	15	29	33	32	51	28

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	135	114
02-FEVEREIRO	286	185
03-MARÇO	185	114
04-ABRIL	215	
05-MAIO	256	13
06-JUNHO	213	50
07-JULHO	270	76
08-AGOSTO	215	75
09-SETEMBRO	206	83
10-OUTUBRO	207	45
Totais	2188	755

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
Audiências por juiz									
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI									1
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA	52	95		13	16				
SHEILA MARFA VALERIO	62	90	114		34	76	75	83	44
Totais	114	185	114	13	50	76	75	83	45

Foram realizadas 54 audiências de 1-10-2020 a 31-10-2020 e realizadas 6 audiências de 1-11-2020 a 3-11-2020, foram designadas 95 de 4-11 a 30-11-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Sentenças	2019	2020
------------------	-------------	-------------

01-JANEIRO	79	66
02-FEVEREIRO	169	134
03-MARÇO	113	113
04-ABRIL	127	78
05-MAIO	136	36
06-JUNHO	176	79
07-JULHO	148	53
08-AGOSTO	135	52
09-SETEMBRO	145	89
10-OUTUBRO	157	73
Totais	1385	773

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS										
ALEXANDRE CHIBANTE MARTINS										
ARLINDO CAVALARO NETO	29	8								
CELSO ALVES MAGALHÃES										
MARCELO SOARES VIÉGAS										
SANDRA CARLA SIMAMOTO DA CUNHA	10	57	7	43	22	41		1		
SHEILA MARFA VALERIO	24	61	105	35	14	38	53	51	89	73
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA			1							
Totais	63	126	113	78	36	79	53	52	89	73

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

Despachos	2019	2020
01-JANEIRO	1211	1046
02-FEVEREIRO	1456	1537
03-MARÇO	1607	1187
04-ABRIL	1601	652
05-MAIO	1219	1224
06-JUNHO	1130	1622
07-JULHO	1193	1543
08-AGOSTO	1813	1485
09-SETEMBRO	1623	1310
10-OUTUBRO	1897	1184

Totais	14750	12790
---------------	-------	-------

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, no período da pandemia da COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h30min e/ou 8h45min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 26-10
Processos recebidos	1.290	1.222	787
Média por dia útil	5,7	5,3	4,1
Processos remanescentes do ano anterior	1.762	1.392	1.104
Sentenças anuladas	50	23	3
Total de processos para solução	3.102	2.637	1.894
Processos solucionados	1.738	1.630	773
Processos conciliados	563	525	237
Produtividade	56,02%	61,81%	40,81%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 5,2% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 5,7%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	237
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	773

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	773
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	791

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	311
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	323

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.219
--	--	-------

Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	820
----------------------------------	--	-----

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.349
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	447

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	820
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	447
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	13

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	1.219
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.349
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores	13

	requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	---	--

Perfil da Vara do Trabalho		Uberlândia - 05a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	1,20	1,79	1,47
	I02 - Pendentes	2.706	2.767	2.688
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	412,22	446,01	476,03
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	98,03	93,57	91,45
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.197,34	1.995,32	1.957,88
	I07 - Taxa de conciliação (%)	31,70	30,72	28,09
	I08 - Taxa de solução (%)	131,16	131,07	123,61
	I13 - Taxa de execução (%)	173,90	171,67	165,90
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	42,86	44,37	45,37
I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	48,40	49,36	51,69	

	I11 - Produtividade por servidor	231,69	226,00	204,77
	I12 - Pendentes por servidor	195,00	199,15	193,46
Meso	Acervo	0,56	0,57	0,55
	Celeridade	0,61	0,63	0,66
	Produtividade	0,49	0,49	0,49
	Congestionamento processual	0,57	0,60	0,61
	Força de trabalho	0,47	0,50	0,49
Macro	IGEST	0,5398	0,5554	0,5601
	Posição IGEST	136	135	141
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.113.760,38	R\$696.136,7

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2018, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 119,04% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 93,42%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,8%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 80,58%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 72,22% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 34,97% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 90,53%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 112,10% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,75% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 412,22 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 248,33%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 454,81 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,24 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e

Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, notadamente no mês de dezembro/2020, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT Nº 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

- 3) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;
- 6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 7) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 8) mantida a realização de audiências de segunda a sexta-feira;
- 9) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 10) envidados esforços para o cumprimento Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus; Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente; Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019.
- 11) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

13) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbxcid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

14) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

15) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, num total mensal de no mínimo 30 audiências, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o

caput do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR Nº 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia cinco de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 159/2020, publicado no DJe 28-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e

da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Maristela Iris da Silva Malheiros:30831806
Assinado de forma digital por Maristela Iris da Silva Malheiros:30831806
Dados: 2020.11.16 19:08:34 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2020.11.05 17:00:48 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria